

SUPOSTOS PARA A PESQUISA DE INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano e SANDANO, Wilson.

O campo investigativo do fenômeno educativo revelou nas últimas décadas do século passado, um movimento interessante no que toca aos objetos de pesquisa, às abordagens e à diversidade temática que se expressou na consolidação de grupos de pesquisa em alfabetização e linguagem, práticas e processos de aprendizagem, formação de professores, história da educação escolar, dentre outros (GATTI, 2002). O ponto inicial parece ser a constatação de que o entendimento das mudanças postas à educação não poderia ficar restrito às ciências educacionais, mas estender-se à economia, à política, à filosofia e à sociologia. Isso movimentou os pesquisadores na direção externa à educação. Por exemplo, as pesquisas sobre a formação no interior do espaço fabril e/ou empresarial ganharam bastante relevância, o que implicou, nesse caso, a recorrência a referenciais teóricos da economia e da sociologia do trabalho, dentre outros. Outra ilustração das mudanças que se operaram nos anos noventa, diz respeito à compreensão do fenômeno das transformações no plano macro-estrutural, esforço concentrado no exame, por exemplo, das reformas educacionais. No entanto, a partir da segunda metade da última década do século passado, por força do acúmulo da produção com tais diretrizes e, ao mesmo tempo, devido à necessidade de pesquisa sobre as transformações em curso na produção concreta da escola, muitas críticas (destacamos aqui as feitas no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped) começaram a surgir requerendo que essas investigações passassem a incorporar a pauta dos pesquisadores em educação, marcada por um movimento inicial de volta à escola como lugar privilegiado de pesquisa. O que obrigou a busca de novos referenciais teóricos, novas abordagens e temas relevantes no âmbito da educação escolar.

A escolarização como campo específico de estudo, torna-se, assim, o espaço da produção da política e da valorização do trabalho como elemento que funda a prática social; dos processos históricos de constituição das relações e da racionalidade escolar; das formas privilegiadas de ensino-aprendizagem e sua articulação com as demandas sociais de conhecimento e, finalmente, de um conjunto de fatores que atuam sobre o cotidiano escolar. Acrescente-se que a educação escolar indica a apreensão de um fenômeno específico de produção e circulação do conhecimento e de valores que se

atualiza em instituições objetivas e materiais, as quais, inclusive, lhe oferecem contornos históricos mais precisos.

O texto aqui apresentado filia-se à linha de pesquisa: “Conhecimento e cotidiano escolar” e registra um esforço investigativo que busca delinear um possível itinerário para a compreensão e o tratamento deste campo, referenciado na criação, circulação e apropriação de conhecimento e das práticas formativas inerentes a esse processo, no âmbito da cotidianidade da instituição escolar. Com base nessas considerações, propomos um esforço no sentido de investigar a história e a historiografia de instituições escolares como expressão da formação, organização, gestão e objetivação do processo de escolarização. O referido processo remete para um espaço teórico produzido na articulação da Educação com a História e as Ciências Sociais. Um espaço, portanto, que reconhece a historicidade do fenômeno educativo e de sua institucionalização e que busca apreender os nexos processuais de formação, implantação, normalização, gestão, organização, conflitos e contradições da educação escolar no âmbito da formação social brasileira. Em outros termos, trata-se de investigar a instituição escolar em todos os níveis como expressão de seus sujeitos e dos processos sociais, políticos, culturais e econômicos historicamente produzidos no contexto da sociedade brasileira.

“A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes” (GATTI JR, 2002, p.4).

Assinalamos que a apropriação do tema-objeto proposto representa a conjugação de dois interesses básicos. Um incide sobre a necessidade de superar o caráter lacunar da história e da historiografia de Instituição Escolar no Brasil e, em particular, de Sorocaba e região. O outro interesse aqui alimentado traduz a preocupação com a prática em pesquisa compreendida como esforço coletivo na direção da produção de conhecimento científico elaborado com base na interlocução de referenciais e procedimentos teórico-metodológicos representativos da complexa tarefa imposta pela especificidade do fenômeno educativo.

De acordo com Sanfelice:

“(...) é preciso ter presente como fez o pesquisador luso, Magalhães (1999), que a investigação sobre as Instituições educativas, e para nós não há dúvidas de que a instituição Escolar é uma Instituição Educativa, pode implicar desde um estudo de seus espaços físicos e da própria arquitetura dos edifícios, bem como na abordagem das suas grandes áreas de organização, ou seja, a pedagógico-didática e a de direção / gestão. Mas não é só, porque estas instituições têm também uma estrutura social, ou melhor, sócio – cultural, que, submetida a uma hermenêutica, pode se constituir na ‘via fundamental para a construção da identidade histórica das instituições educativas’ (Guimarães *apud* Sanfelice). Ali deverá se revelar ainda o papel dos seus diferentes atores, para que se possa interpretar o itinerário histórico da instituição, à luz do próprio modelo educacional” (SANFELICE, 2002, p. 54-55).

Revelar o papel de seus atores para interpretar o itinerário histórico da instituição à luz do próprio modelo constitui parte do campo investigativo registrado no projeto de pesquisa: A História da Escola em Portugal e no Brasil: Circulação e Apropriação de Modelos Culturais. A Introdução desse projeto nos auxilia no sentido de aprofundar a compreensão da escola como instituição.

“A percepção de um *modelo* ou de uma *forma* escolares, característica das sociedades modernas historiciza a escola como instituição produzida na intersecção da pluralidade de dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicos que definiram a modernidade como sociedade da escolarização. Uma nova historiografia educacional propõe-se a (re)historicizar o objeto ‘escola’, particularizando os dispositivos constituintes desse *modelo* ou *forma* escolares e compreendendo a escola como instituição da modernidade” (CARVALHO e PINTASSILGO, 2002, p.1).

Apresentamos estas considerações chamando a atenção para um argumento utilizado por Raymond Williams, como segue.

“Sempre é provável que construtos teóricos oriundos de estudos empíricos e sua extensão e generalização tomem excessiva liberdade na passagem de conceitos locais e específicos para conceitos gerais. Por outro lado, apenas a partir desse tipo de estudos, seja qual for o grau de reflexão ou de distanciamento teórico, é que podemos começar a conceber, a testar e a fundamentar nossas descrições conceituais” (WILLIAMS, 2000, p33-34).

Aqui podemos reconhecer parte de nossas inquietações e das formas e procedimentos utilizados para composição da proposta deste campo investigativo, o que reafirmaria a necessidade do debate em torno das concepções de Instituição Escolar e da densidade teórico-metodológica circunscrita a esse esforço.

Por outro lado, a leitura de Williams enfatiza outro aspecto essencial, ao nosso ver, para a construção de um consenso mínimo para o estudo, a pesquisa e a análise da Instituição Escolar. O aporte do referido Autor problematiza os vínculos entre instituições e formações.

“Propomos o seguinte, como distinção inicial: por um lado, as relações variáveis entre ‘produtores culturais’ (termo deliberadamente neutro, embora abstrato) e *instituições* sociais reconhecíveis, por outro lado, as variáveis em que os ‘produtores culturais’ têm sido organizados ou se têm organizado eles próprios suas *formações*. Essa é uma distinção operacional, para tornar possível uma certa variedade de abordagens da questão das reais relações sociais da cultura. Não se pretende, com isso, dizer que não haja ligação significativa ou até mesmo causas entre as relações institucionais e formacionais” (WILLIAMS, 2000, p.35).

Dessas observações derivamos duas indagações. Podemos considerar a Instituição Escolar como instituição social reconhecível? No âmbito da Instituição Escolar objetivam-se práticas sociais formativas?

Referenciados nesses questionamentos, buscamos possíveis desdobramentos para o entendimento de Instituição Escolar. Assim, preliminarmente, elencamos dois supostos potencialmente capazes de transformar a Instituição Escolar em instituição social reconhecível e formacional. Estes dois supostos são:

a) O reconhecimento da Instituição Escolar como instituição social, vincula-se à análise dos conflitos e antagonismos subjacentes às práticas sociais centradas na relação Capital – Trabalho Assalariado – Propriedade Privada. E objetivada nas múltiplas mediações entre Sociedade e Estado. Assim, o reconhecimento da Instituição Escolar, articula-se à investigação da objetividade social posta historicamente no contexto das formas e dos tempos da sociedade capitalista.

b) A Instituição Escolar materializa uma das múltiplas dimensões da reprodução social, com práticas formativas específicas em seus diversos níveis, cotidianamente realizadas por meio de processos de gestão, ensino, avaliação, em suma, das políticas educacionais e da produção específica da cultura escolar.

Observamos, complementarmente, a Instituição Escolar como expressão das relações e mediações da sociabilidade cotidiana produzida, reproduzida e tensionada por indivíduos, grupos e classes sociais, nos limites e possibilidades históricas da sociedade brasileira contemporânea.

Trata-se propositivamente de apreender o processo de objetivação da Instituição Escolar, considerando supostamente que:

Em seu espaço e tempos históricos, legitimam-se e naturalizam-se as desigualdades sociais e em contrapartida se concretizam, ainda que parcialmente, as possibilidades de compreender as raízes históricas dessa legitimação e naturalização das relações fundantes da formação social capitalista. E mais: a denominada educação para o trabalho no âmbito da Instituição Escolar exige a investigação das formas fenomênicas do capitalismo e as mediações dessa prática formativa com os processos de produção, circulação e apropriação da riqueza socialmente produzida em todas suas dimensões.

A razão-de-ser da Instituição Escolar tem sua gênese e desdobramentos na tensão Capital – Trabalho Assalariado, assumindo na politização das relações sociais materializadas no Estado, o estreitamento ou alargamento da esfera pública / privada por meio do ordenamento jurídico, dos processos de gestão e da racionalidade instrumental que busca subordinar a produção da cultura escolar ao movimento de mercantilização das práticas sociais e dos valores subjacentes a essas.

Diante do exposto detemos nossa atenção em possíveis elementos que subsidiem a compreensão da instituição escolar como expressão dos processos formativos e das relações e mediações da sociabilidade cotidiana produzida, reproduzida e tensionada por indivíduos, grupos e classes sociais, nos limites e possibilidades históricas do atual estágio do capitalismo.

Outra possível perspectiva para a problematização do campo investigativo da instituição escolar pode ser extraída das contribuições de Michael Apple e Louis Weiss (1986).

Para os referidos autores, as escolas:

1 - contribuem na fomentação de condições que objetivam as desigualdades sociais e os processos de acumulação de capital. Entretanto, no entendimento de Apple e Weiss, esta formulação simplifica e reduz as interconexões entre processo econômico e dinâmica educacional, embora reconheçam que, “(...) não seja ainda essencial ter em mente que existam algumas conexões muito reais entre a economia e as atividades de seleção e distribuição de educação”. (APPEL e WEISS, 1986, p. 20)

2 - operam um duplo processo de legitimação interno e externo. Este movimento traduz relações de naturalização do sistema sócio-econômico, amparadas na internalização pelos sujeitos sociais de uma suposta igualdade incorporada, normatizada e formalizada por intermédio das práticas derivadas, por exemplo, da meritocracia. Este duplo movimento cria formas de legitimação em relação à sociedade (capacitação para o mercado de trabalho) e formas internas de legitimação (sistematização, distribuição e avaliação de saberes) que fundam a razão de ser da instituição escolar.

3 – em sua extensão e intensidade institucional mobilizam uma diversidade de “agências de produção” que expressam as demandas por conhecimentos técnico-administrativos, as inovações técnicas e comunicativas e o controle cultural que busca instrumentalizar e materializar as ideologias tecnicistas que perpassam a instituição escolar e suas múltiplas práticas sociais.

O exame criterioso dessas três funções – acumulação, dupla legitimação e produção – conduz Apple e Weiss a afirmarem que: as escolas são instituições culturais tanto quanto econômicas (APPLE e WEISS, 1986, p. 21).

Os autores citados e a densidade subjacente aos seus argumentos apenas atendem à preocupação por evidenciar a riqueza e a complexidade do campo de investigação proposto sem a mínima pretensão em esgotá-lo e/ou reduzi-lo às formulações dos referidos autores. Acrescentamos que a complexidade do tema-objeto proposto se expressa, dentre outros aspectos, pelo tratamento a que foi submetido o campo investigativo de instituição escolar. Carvalho e Pintassilgo assinalam que o

final da década de 1980, representou em vários países o ensejo de reescrever a história da escola, destacando que:

“Até então, a história da educação havia se constituído, predominantemente, como história dos sistemas educativos, baseada em documentação oficial emanada do Estado e centrada no estudo das políticas e dos dispositivos legais que teriam assegurado a organização e a expansão desses sistemas. **Enquanto história dos sistemas educativos, essa historiografia foi cega à historicidade própria da instituição escolar, naturalizando o objeto escola**” (CARVALHO e PINTASSILGO, 2002, p.1, grifos nossos).

E acrescentam os referidos Autores: “(...) a historiografia produzida sobre o processo histórico de institucionalização da escola no Brasil é, ainda, e de modo especial incipiente” (CARVALHO e PINTASSILGO, 2002, p. 2).

Podemos assinalar como uma possível caracterização da proposta em tela a produção de um campo investigativo que busca alargar e aprofundar a compreensão das práticas formativas no âmbito da educação escolar em Sorocaba, com base na localização, sistematização e análise de fontes documentais; do estudo dos processos de industrialização que expressam a presença de uma forma específica de sociabilidade capitalista; do exame dos movimentos sociais que revelam a luta pela apropriação pública do espaço escolar e pela memória do trabalho docente circunscrito ao espaço escolar que registra, dentre outras as práticas do trabalho docente e da constituição da profissão do professor. Esta proposta de pesquisa busca:

Examinar a escola como produtora e produto de práticas sociais institucionalizadas.

Investigar os nexos processuais da formação da educação escolar com os processos estruturais de formação da sociedade capitalista.

Compreender as práticas cotidianas da e na Escola como expressão da historicidade e dos processos de continuidade-descontinuidade de produção e reprodução de relações sociais.

Entender o Trabalho como categoria central e fundante da prática social no complexo de relações que relativizam e/ou autonomizam o espaço escolar.

Referências

APPLE, Michel & WEISS, Louis. Vendo a educação de forma relacional: classe e cultura na sociologia do conhecimento escolar. **Educação e Realidade**, v.11. N ° 1, jan./jul., 1986, p.19-33.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI Júnior, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

CARVALHO, Marta M. C. E PINTASSILGO, Joaquim A. **A história da escola em Portugal e no Brasil**: circulação e aproximação de modelos culturais. Brasília: CAPES / Lisboa: GRICES, 2003.

DANDURAND, Pierre & OLIVIER, Emile. Os paradigmas perdidos – ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto. **Teoria & Educação**, N ° #, 1991, p. 120-142.

GATTI JR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI JR, Décio.(organizadores) **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu, 2002. (Coleção memória da educação)

MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

SANFELICE, José Luis. História de instituições escolares: apontamentos preliminares. **QUAESTIO**: Revista de estudos de educação. V. 1 (Maio 1999) – Sorocaba, SP: Uniso, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.